



Os estudos de comportamento político na ciência política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência

Julian Borba¹ 
Gabriela Ribeiro Cardoso¹ 

Introdução

Qualquer tentativa de delinear o mapeamento de uma área tão vasta e multifacetada como são os estudos de comportamento político esbarra na necessidade de fazer escolhas com certas doses de arbitrariedade sobre o que será incluído ou excluído de tal empreitada. Afinal de contas, sob tal rótulo poderiam ser compreendidos desde a obra de pensadores da Antiguidade, como o *zoon politikon* de Aristóteles, passando pelos estudos de antropologia dedicados às formas de organização política de diferentes comunidades, chegando até trabalhos orientados pelo paradigma da teoria política formal, para citar alguns exemplos.

Uma maneira de tornar essa escolha não totalmente arbitrária ocorre por meio da delimitação epistemológica e conceitual do campo, o que permite a criação de critérios de inclusão/exclusão em relação ao universo empírico em questão. Tendo essa delimitação em mãos, a próxima tarefa é a delimitação espaço-temporal da análise e, posteriormente, das fontes a serem pesquisadas. Por fim, têm-se os critérios a serem utilizados para a leitura e interpretação do que foi produzido,

e aí sim, fecha-se o ciclo de qualquer tentativa minimamente estruturada de mapeamento da produção intelectual de determinado campo de conhecimento.

No presente trabalho tentamos seguir esse roteiro, que se materializa na sua própria divisão interna, de modo que na próxima seção fazemos uma breve exposição do que entendemos por comportamento político e definimos o universo conceitual e epistemológico ao qual estamos nos referindo ao usar essa expressão. Na primeira seção também apresentamos as subáreas constitutivas do referido campo. A seção seguinte é direcionada primeiramente a um mapeamento quantitativo sobre a área do comportamento político no Brasil, as temáticas abordadas, as instituições a que os autores pertencem, as metodologias empregadas e o papel das pesquisas de opinião. Na terceira parte, traçamos o mapeamento mais qualitativo da produção nacional, com base nas subáreas anteriormente delimitadas, considerando assim o período pós-1988. Nessa etapa, indicamos os trabalhos de referência, os autores, bem como os principais temas abordados. Na próxima seção, elencamos os centros e grupos de pesquisa na área mais relevantes,

¹Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal de Santa Catarina – Florianópolis (SC), Brasil.
E-mails: borbajulian@yahoo.com.br, grcgabi@gmail.com
Recebido em: 10/03/2019. Aprovado em: 27/03/2019.

além da localização e inserção dos estudos de comportamento político no âmbito da comunidade da ciência política brasileira, especialmente no âmbito das associações científicas. Nas considerações finais, buscamos apontar alguns desafios e perspectivas aos estudos de comportamento político.

O comportamentalismo na ciência política

Após a Segunda Guerra Mundial, desenvolveu-se na ciência política o foco na dinâmica real da política, pautado em generalizações empíricas e em técnicas mais avançadas de análise estatística, o que culminou na emergência do comportamentalismo (Peres, 2008). Assim sendo, entre as inovações teóricas e metodológicas do comportamentalismo, é possível destacar uma posição crítica ao enfoque institucionalista, bem como a utilização de abordagens metodológicas de outras ciências (como a psicologia, a sociologia e a antropologia), o que acarreta a reivindicação de uma ciência política mais científica.

A revolução comportamentalista está conectada com o desenvolvimento da área de comportamento político, tendo em vista que muitos comportamentalistas têm interesse substantivo em pesquisas de opinião, grupos de pressão, ou seja, em outros fenômenos que estão fora das estruturas formais governamentais (Bevir e Adcock, 2010). Nesse sentido, a difusão da pesquisa *survey* na ciência política pode ser tida como um exemplo paradigmático do sucesso do comportamentalismo.

Para exemplificar essa abordagem, é possível destacar a obra *The American*

Voter, produzida por estudiosos da Universidade de Michigan e considerada um marco na disseminação desse tipo de investigação no *mainstream* da ciência política norte-americana (Bevir e Adcock, 2010). A obra de Almond e Verba (1989) *The Civic Culture*, publicada em 1963, também está inserida nesse contexto e utilizou pesquisa de opinião para tratar das atitudes políticas dos cidadãos e da democracia em cinco países diferentes.

No debate contemporâneo, Dalton e Klingemann (2007) argumentam que a última geração do campo de pesquisa sobre comportamento político promoveu muitos avanços ao descrever as atitudes e o comportamento dos indivíduos, do mesmo modo que discorreu acerca do papel dos cidadãos no processo político. Por sua vez, a expansão dos dados de pesquisa de opinião constitui uma das maiores conquistas no comportamento político comparado das últimas décadas. Atualmente, diversos *surveys* institucionalizados são feitos de modo regular e possuem alcance quase global.

Dessa maneira, ocorreu uma expansão sem precedentes das pesquisas de opinião em diferentes países, com a realização de barômetros também na Europa oriental, América Latina, Ásia e Oriente Médio. É relevante salientar que muitos desses trabalhos foram inspirados na questão inicial apontada na obra *The Civic Culture*, por Almond e Verba (1989), como o de Dalton e Welzel (2014, p. 9): “Quais são os tipos de crença dos cidadãos mais benéficos para ajudar as novas democracias a sobreviverem e florescerem e o que faz e mantém o apoio dos cidadãos quanto à ideia de democracia?”¹.

1 “What types of citizens beliefs are most beneficial to help new democracies survives and flourish and what makes and keeps citizens supportive of the idea of democracy?” (Dalton e Welzel, 2014, p. 9).

Outro aspecto a ser enfatizado no que tange à área consiste no fato de que transformações no comportamento político dos cidadãos ocorreram de modo simultâneo ao rápido processo de expansão do conhecimento empírico (Dalton e Klingemann, 2007). O comportamento político também foi modificado em aspectos centrais na última metade do século XX, em virtude de um processo político e social de modernização que transformou o mundo em desenvolvimento, assim como pela terceira onda de democratização, que modificou sistemas políticos na Europa oriental, Ásia, África e América Latina. Assim, “agora nós podemos analisar questões sobre a mudança política que frequentemente são direcionadas ao coração dos interesses teóricos, mas que raramente poderíamos observar diretamente em épocas anteriores (Dalton e Klingemann, 2007, p. 4)”².

O debate contemporâneo a respeito de comportamento político é sintetizado por Dalton e Klingemann (2007) em seis áreas de estudo:

- a sofisticação dos públicos de massa e os sistemas de crenças;
- o processo de modernização e a democratização;
- o comportamento eleitoral;
- a participação política;
- a relação entre opinião pública e representação política;
- os valores políticos.

Nessa perspectiva, um dos debates mais duradouros no tocante à pesquisa de comportamento político consiste na sofisticação política, a qual envolve as questões básicas

que concernem as habilidades políticas contemplando o nível de conhecimento e o entendimento dos assuntos políticos e o interesse por eles. No debate quanto ao processo de democratização e modernização, um dos conceitos mais relevantes que emergiram na pesquisa sobre comportamento político é o de cultura política. No que se refere à participação política, o maior avanço empírico no campo documentou os níveis de participação entre as nações e salientou as distinções entre os diferentes modos de ação política, sendo o enquadre teórico de participação convencional e não convencional a fundação em comum da pesquisa sobre participação. O estudo da escolha eleitoral tem sido tema principal na pesquisa pertinente a comportamento político, a qual tem produzido avanços acerca do conhecimento no qual os eleitores baseiam as suas decisões. Por fim, no que tange ao tema da representação, os pesquisadores têm analisado a congruência entre as preferências de políticas públicas dos cidadãos e a relação com os resultados do governo (Dalton e Klingemann, 2007).

Considerando as seis áreas de comportamento político apontadas, o campo de pesquisa pode ser descrito em dois aspectos principais para Dalton e Klingemann (2007). Primeiramente, a expansão do conhecimento baseia-se cada vez mais na pesquisa comparativa que contempla relações temporais e entre distintos países. O segundo aspecto refere-se ao fato de que, ao mesmo tempo que ocorreu a expansão empírica, aconteceu a modificação das características dos comportamentos dos cidadãos para formas mais complexas. Logo, mudanças relacionadas ao processo de modernização e

2 “Now we can examine questions of political change that often go to the heart of theoretical interests, but which we could seldom observe directly in earlier times” (Dalton e Klingemann, 2007, p. 4).

a ampliação da democratização produzem incertezas sobre novos estilos de tomada de decisão política, bem como a possibilidade de desenvolvimento de outros modos de participação política.

Convém ressaltar que, na sistematização da literatura, Dalton e Klingemann (2007) compreendem a temática da cultura política enquanto inserida no campo de estudos mais amplo sobre comportamento político, o qual agrega também a participação política em variados contextos. Ao conectarem a área de comportamento político à cultura política, os autores destacam a relevância do conceito na pesquisa sobre comportamento político. Os estudos culturais são importantes no estudo da democratização, pois os analistas tentam identificar os pré-requisitos culturais da democracia. Nos estudos contemporâneos, porém, de modo distinto ao modelo de Almond & Verba (1989), não existe apenas uma cultura cívica que seja congruente com o funcionamento do sistema democrático.

No que se refere à pesquisa empírica realizada nas nações desenvolvidas, Dalton e Welzel (2014) encontraram que os valores dos cidadãos são uma combinação pobre em relação à literatura pioneira sobre cultura política. A cultura cívica, como proposta por Almond e Verba (1989), possuiria visão limitada dos valores do ideal de cidadão democrático, pois se trata de um modelo de cidadão que respeita a autoridade política, aceita as decisões do governo, havendo assim pouco espaço para a insatisfação política e o questionamento à autoridade. *The Civic Culture* sustenta que as orientações de lealdade³ caracterizam as democracias estáveis, no

entanto Dalton e Welzel (2014) argumentam que atualmente as orientações assertivas melhor caracterizam as democracias estabelecidas. A pesquisa sobre cultura política tem sido uma tensão constante entre o modelo leal e o assertivo da cidadania democrática.

Em linhas gerais, é possível destacar que em poucas décadas o comportamento político se tornou uma área rica em dados para a pesquisa, que passou a contemplar um número cada vez mais amplo de países, uma tendência forte da comparação entre distintos contextos. Pode-se também observar a utilização de *designs* de pesquisa mais diversificados com o intuito de aprofundar os desafios teóricos possibilitados pela expansão empírica e decorrentes de mudanças macrossociais.

É relevante salientar que a análise a ser desenvolvida neste artigo tomará como parâmetro conceitual e classificatório a caracterização do campo do “comportamento político” na forma como realizado por Dalton e Klingemann (2007). Ao fazer tal escolha, incluímos a temática da cultura política como uma subárea desse campo. Além disso, o foco empírico recai no comportamento do público massivo, excluindo as várias possibilidades de estudo do comportamento político das elites (Anduiza e Bosh, 2012).

Por fim, ressalvamos que, na sistematização da literatura brasileira sobre comportamento político apresentada no artigo, não abarcamos as áreas de comportamento eleitoral nem de representação política. A justificativa para a não inclusão da primeira está relacionada à volumosa literatura sobre tal temática (cuja produção é a maior entre

3 O desafio inicial à visão de cidadania leal de Almond e Verba (1989) foi o estudo *Political Action*, de Barnes e Kaase (1979). Já a obra *The Silent Revolution*, de Inglehart (1977), proporcionou uma base teórica para o modelo assertivo da cidadania democrática, pois o autor ressaltou a emergência de valores pós-materialistas como uma consequência da segurança existencial e da mobilização cognitiva das gerações do contexto pós-guerra (Dalton e Welzel, 2014).

as seis áreas analisadas), de modo que qualquer tentativa de revisão exigiria um artigo destinado somente a ela. Além disso, essa questão foi parcialmente contemplada em estudo recente desenvolvido por Carreirão e Rennó (2019). Já no que diz respeito à área de representação política, a justificativa é inversa: os estudos sobre representação política, especialmente aqueles focados no vínculo entre opiniões do eleitorado e opiniões/comportamentos de representantes (congruência), ainda são embrionários na ciência política brasileira⁴.

O lugar do comportamento político na ciência política brasileira

Leite (2015) salienta que a explicação da formação de uma disciplina contempla *fatores exógenos*, como o contexto político e a origem social, bem como *fatores endógenos*, que se referem às tradições⁵ e à formação acadêmica. Com relação aos fatores exógenos, convém mencionar que no período de 2000 a 2015 o sistema nacional de pós-graduação passou por um processo de expansão no Brasil, juntamente com o incremento nos recursos públicos (Madeira e Marengo, 2016).

Já entre os fatores institucionais que podem contribuir para o crescimento da autonomia de um campo, destacam-se: a criação

de programas de pós-graduação específicos; periódicos especializados em temas e objetos da disciplina; o estabelecimento e funcionamento das associações (LEITE, 2015). Nesse sentido, convém apontar o papel da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), criada na década de 1990, e a constituição de área temática sobre cultura política e comportamento político⁶ em seus encontros bianuais.

Com relação aos periódicos especializados, Nicolau e Oliveira (2017) ressaltam que os cientistas políticos brasileiros publicaram 1.196 artigos de 1966 a 2015 — somente no período de 2011 a 2015 foram publicados 325 artigos, o que é maior do que o número publicado em três décadas (período de 1966 a 1995). A partir da segunda metade dos anos 1980, o espaço para a publicação de cientistas políticos ampliou-se com a consolidação das quatro maiores revistas da área⁷.

A revista *Opinião Pública* foi criada em 1992 focada em áreas específicas das ciências sociais, como o comportamento político, a comunicação política e a opinião pública. A partir dos anos 2000, tornou-se uma revista dedicada primordialmente à ciência política e passou a publicar de maneira especial trabalhos sobre comportamento eleitoral, partidos e eleições. Em virtude do elevado número de artigos publicados, esse periódico tornou-se a principal fonte de disseminação

4 Essa agenda tem sido desenvolvida, sobretudo, nos trabalhos de Yan Carreirão, Lúcio Rennó e colaboradores. Carreirão (2015) publicou uma revisão da literatura internacional a respeito do tema, e Carreirão e Melo (2014) desenvolveram um estudo empírico sobre a Assembleia Nacional Constituinte. Já Pederiva e Rennó (2015) fizeram uma comparação entre Brasil e Argentina, nos períodos de governo Lula e Kirchner, respectivamente.

5 Sobre as tradições disciplinares na ciência política brasileira, Leite (2015, p. 7, grifo do original) argumenta: “A parte mais importante do campo divide-se entre as tradições politológicas e societais: tradições que entendem a ciência política como uma ciência *da* política (sentido estrito) ou como uma ciência do poder, das desigualdades ou das formas de dominação (sentido amplo)”. No entanto, para o autor haveria o destaque das tradições politológicas e de orientação científica (e não humanística).

6 Destaca-se que a ABCP possuía uma área temática denominada de “Cultura Política e Democracia, que a partir do encontro de 2018 passou a se chamar Comportamento Político.

7 *Dados, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Novos Estudos Cebrap e Lua Nova.*

da pesquisa em ciência política no período de 2006 a 2015 (Nicolau e Oliveira, 2017).

Ao analisar as áreas temáticas da ciência política brasileira em cinco décadas de publicações nacionais, Nicolau e Oliveira (2017) destacam a proeminência da teoria política e pensamento, com 21% das publicações; em segundo lugar a área de comportamento político, com 15%; e em terceiro lugar a área das instituições representativas⁸, com 14%. Somadas, essas três áreas⁹ correspondem a 50% dos artigos em ciência política. A área de comportamento político é considerada na análise como composta das seguintes temáticas: eleições, campanhas e comportamento eleitoral (116 artigos); atitudes dos cidadãos, valores e confiança¹⁰ (58 artigos). Assim, pode-se ressaltar a centralidade das publicações brasileiras sobre comportamento político no período atual.

Ao abordar a área de comportamento político no balanço da literatura em “Partidos, eleições e poder legislativo”, Olavo Brasil de Lima Júnior (1999) salienta a relevância da pesquisa *survey* para a área. Dessa forma, o autor ressalta que nos anos 1960 foram realizadas poucas pesquisas desse tipo, destacando-se os trabalhos de Gláucio Soares, Fábio Wanderley Reis e Antônio Octavio Cintra no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Nos anos 1970 e 80, com a abertura política, as pesquisas de opinião passaram a ser desenvolvidas com mais frequência e adquiriram abrangência maior.

Contudo, Olavo Brasil (1999) critica que na década de 1990 as pesquisas não tinham mais a continuidade desejável, pois seriam caras e os institutos privados de pesquisa e opinião pública teriam tomado em certa medida o lugar das pesquisas acadêmicas. No entanto, convém mencionar a modificação desse cenário, em parte pela criação em 2002 do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), fundado pelo Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP), que passou a ser a principal fonte do estudo das eleições (Nicolau e Oliveira, 2017).

Por conseguinte, Olavo Brasil de Lima Júnior (1999) aponta para o interesse renovado na década de 1990 pelo estudo da cultura política. Nesse sentido, destacar-se-iam os pesquisadores do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade de São Paulo (Cedec-USP) e do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). A publicação da obra *Os brasileiros e a democracia*, de Álvaro Moisés, de 1995, constitui referência importante para a renovação das pesquisas sobre cultura política, o que será mais detalhado na sequência.

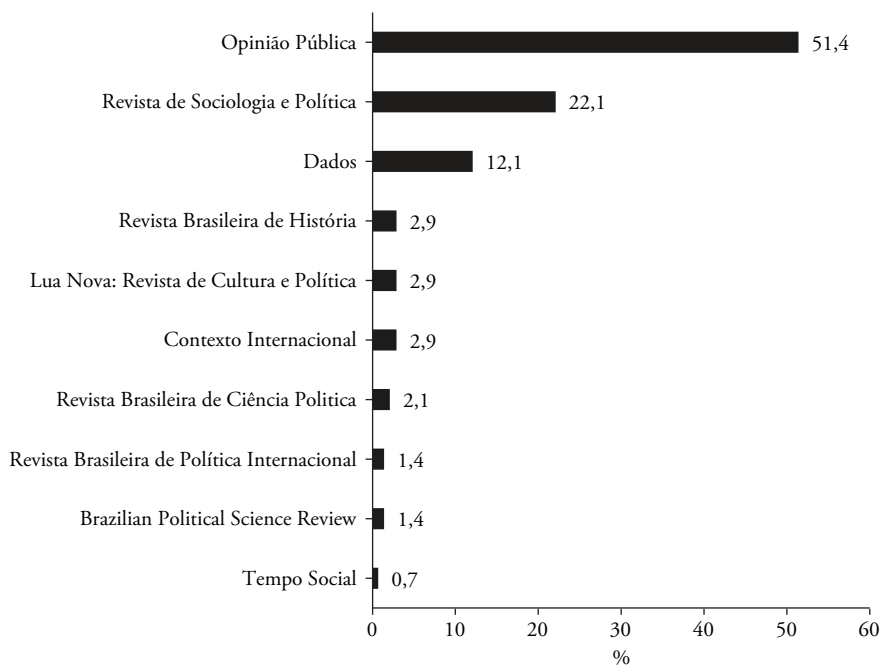
Com o intuito de realizar uma análise mais extensiva das publicações sobre comportamento político no Brasil, selecionamos artigos de 1998 a 2016 do banco de dados cedido por Rodrigo Horochovski, por meio do Laboratório de Análise do Campo Científico (LACC), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Para a

8 “Unlike the articles that explicitly analyze the behaviour of citizens, whether during the electoral period or outside it, the articles on representative institutions privilege the behavior of the representatives, the organization that connects the elections to the world of representatives (parties) and the rules that regulate the process of choosing the representatives (electoral systems)” (Nicolau e Oliveira, 2017, p. 380).

9 As demais áreas da ciência política analisadas são: políticas públicas (8,9%), atores da sociedade civil (8,9%), instituições não representativas (8,3%), relações internacionais (6,5%), sistemas de governo e instituições (5,7%) e outros (11%).

10 Essa segunda temática refere-se aos estudos sobre cultura política.

Gráfico 1 – Artigos publicados por periódicos (1998 a 2016).



coleta dos artigos sobre comportamento político¹¹, foram selecionados os trabalhos que continham ao menos uma das seguintes palavras-chave: opinião pública; atitudes políticas, valores; comportamento político; cultura política; sofisticação, conhecimento político, informação política; comunicação política; participação política; confiança, confiança interpessoal, capital social. É relevante mencionar que não se contemplaram os artigos sobre comportamento eleitoral, o que expandiria o escopo deste artigo.

No período foram identificados 140 artigos, e a grande maioria (51,4%) deles foi publicada na revista *Opinião Pública*. Na sequência, destacam-se a *Revista de Sociologia e Política*¹², com 22,1%, e *Dados*, com 12,1%. Os dados do Gráfico 1 reforçam a centralidade da revista *Opinião Pública* também na área de comportamento político. No Gráfico 2, é possível verificar que há tendência de crescimento nas publicações da área no decorrer do período.

No levantamento dos artigos sobre comportamento político, conforme a Tabela 1, foram observadas as instituições a

11 Convém mencionar que a seleção dos artigos foi pautada na busca por palavras-chave da área de comportamento político e não delimitou a formação dos autores de modo específico em ciência política.

12 A *Revista de Sociologia e Política* foi criada em 1993. Trata-se atualmente de uma publicação trimestral do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

que pertencem os primeiros e os segundos autores, o que possibilita ter dimensão mais clara da localização dos grupos de pesquisa. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) aparece como a instituição com o maior número de publicações, com 11,5%. Na sequência, situam-se a Universidade de Brasília (Unb) (9,9%) e a USP (8,2%). Nas posições seguintes, estão as universidades da Região Sul, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (4,9%), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (4,4%) e a UFPR (4,4%). De qualquer modo, é possível observar a diversidade de instituições nacionais e também a presença de centros de pesquisa internacionais, como a Florida International University, a University of Oxford e a Vanderbilt University.

Os artigos também foram analisados considerando a utilização de pesquisas *survey*, com o intuito de constatar em que medida as pesquisas de opinião têm influenciado em termos metodológicos. Conforme aponta o Gráfico 3, 61% dos artigos recorreram a algum tipo de pesquisa *survey*, enquanto 39% não o fizeram, sendo principalmente análises qualitativas ou teóricas. Na sequência, também foram vistos os tipos de pesquisa de opinião usados, e salientamos que 62,4% dos artigos contemplavam algum tipo de pesquisa de opinião disponível, enquanto 37,6% dos artigos realizaram *survey* próprio.

A Tabela 2 também identifica os tipos de pesquisa de opinião mais empregados. Assim, destaca-se o ESEB, com 14,1%. Na sequência, encontram-se o World Values Survey (WVS) (9,4%), o Latin American

Gráfico 2 – Total de artigos publicados por ano (1998 a 2016).

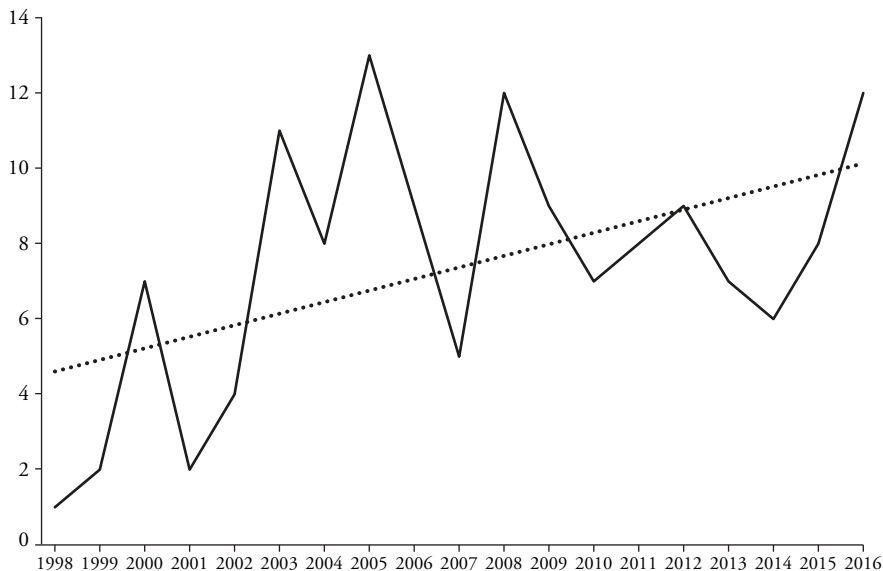
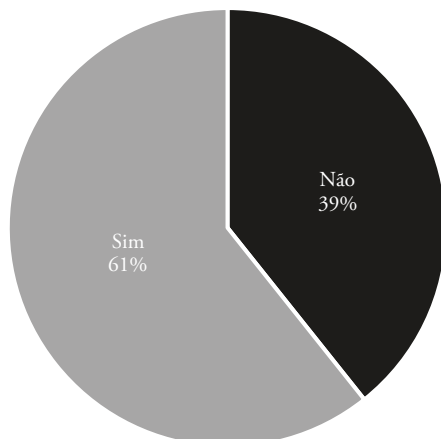


Tabela 1 – Instituições a que pertencem os primeiros e segundos autores dos artigos (1998 a 2006).

Instituição	N	%
Universidade Federal de Minas Gerais	21	11,5
Universidade de Brasília	18	9,9
Universidade de São Paulo	15	8,2
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	9	4,9
Universidade Federal de Santa Catarina	8	4,4
Universidade Federal do Paraná	8	4,4
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”	5	2,7
Florida International University	5	2,7
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	4	2,2
Universidade Estadual de Maringá	4	2,2
Universidade Federal da Bahia	3	1,6
Universidade Federal do Paraná	3	1,6
Universidade Federal do Rio de Janeiro	3	1,6
University of Oxford	3	1,6
Vanderbilt University	3	1,6
CEPAC – Pesquisa e Comunicação	2	1,1
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	2	1,1
Pontifícia Universidade Católica do Paraná	2	1,1
Universidad de la República	2	1,1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2	1,1
Universidade Federal de Goiás	2	1,1
Universidade Federal de Pernambuco	2	1,1
Universidade Federal de São Carlos	2	1,1
University of Pittsburgh	2	1,1
Universidad Nacional de San Martín	2	1,1
University of Sussex	2	1,1
Outras instituições	48	26,4
Total	182	100,0

Gráfico 3 – Artigos que utilizam pesquisa *survey*.



Public Opinion Project (LAPOP) (8,2%) e o Latinobarômetro (8,2%). Esses dados confirmam a relevância da criação do ESEB apontada por Nicolau e Oliveira (2017) e também possibilitam dimensionar a importância de pesquisas de opinião como o WVS, o LAPOP e o Latinobarômetro nas publicações nacionais; eles juntos correspondem a um quarto (25,8%) dos surveys utilizados.

No que diz respeito aos contextos de análise dos artigos que utilizaram *survey*, 37% abordaram o Brasil, o que é compreensível, pela predominância dos artigos que empregaram o ESEB. Na sequência, 14,8% dos artigos analisaram dois ou mais países da América Latina, o que ocorre pela possibilidade da pesquisa comparada usando dados do WVS, do LAPOP e do Latinobarômetro. Já os países avaliados individualmente, como Alemanha, Argentina, Bolívia, Costa Rica,

El Salvador, Espanha, entre outros, somam 11,1%. Os demais artigos dedicaram-se a investigar estados ou municípios brasileiros, o que em parte está relacionado aos trabalhos que desenvolveram *surveys* próprios. Nesse sentido, destacam-se os estados do Paraná e de Minas Gerais. Entre os municípios, sobressaem Curitiba e Belo Horizonte.

Vale mencionar que o WVS¹³ consiste em uma rede de pesquisadores e cientistas sociais de vários países que se dedicam a analisar os valores e os impactos destes na vida política e social. O WVS iniciou-se em 1981 e é conduzido em quase cem países, com uma amostra que contempla cerca de 90% da população mundial. Já o Barômetro das Américas, conduzido pelo LAPOP¹⁴, começou em 2004 abrangendo 11 países, tendo a última rodada (2016/2017) incluído 29 países e mais de 43 mil entrevistas. O LAPOP

13 Mais informações disponíveis em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

14 Mais informações disponíveis em: <<https://www.vanderbilt.edu/lapop/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

Tabela 2 – Tipos de *survey* utilizados nos artigos.

	Total artigos	%
Survey próprio	32	37,6
ESEB	12	14,1
WVS	8	9,4
LAPOP	7	8,2
Latinobarômetro	7	8,2
Assembleia Legislativa de Minas Gerais — Vox Populi	2	2,4
Sistema de Indicadores de Percepção Social IPEA	1	1,2
A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas	1	1,2
British Election Study	1	1,2
CEBRAP	1	1,2
CIS	1	1,2
CED	1	1,2
Datafolha e Ibope	1	1,2
ESEB e A Desconfiança dos Cidadãos das Instituições Democráticas	1	1,2
ESEB e LAPOP	1	1,2
ESEB, LAPOP, CEDEC-Datafolha	1	1,2
Estudo Nacional de Valores	1	1,2
Eurobarômetro, Latinobarômetro, New Democracies Barometer	1	1,2
Ibope	1	1,2
Latinobarômetro e WVS	1	1,2
Mirror on the Americas Survey	1	1,2
Observatório das Metrôpoles	1	1,2
The Dynamics of Political Attitude Formation in a Milieu of Multiple Weak Parties	1	1,2
Total	85	100,0

ESEB: Estudo Eleitoral Brasileiro; WVS: World Values Survey; LAPOP: Latin American Public Opinion Project; IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; CEBRAP: Centro Brasileiro de Análise e Planejamento; CIS: Centro de Investigaciones Sociológicas; CED: Cidadania, Envolvimento e Democracia; CEDEC: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea.

mede valores, comportamentos e condições socioeconômicas nas Américas.

O Latinobarômetro é um estudo de opinião pública aplicado anualmente em 18 países da América Latina, com representatividade de mais de 600 milhões de habitantes e que tem

sido realizado desde 1995. O *survey* é desempenhado pela Corporação Latinobarômetro, com sede no Chile, e desde o seu início até 2018 já foram realizadas 430.138 entrevistas¹⁵. O Latinobarômetro dedica-se à pesquisa sobre o desenvolvimento da democracia, economia

15 Dados extraídos do Informe Metodológico de 2018. Para mais informações, acessar: <<http://www.latinobarometro.org/>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

e sociedade e utiliza indicadores de opinião pública que enfocam nos comportamentos, nos valores e nas atitudes dos cidadãos. É relevante dizer que a pesquisa feita nos artigos publicados sobre comportamento político em periódicos nacionais possibilitou dimensionar aspectos gerais sobre a área, assim como situar a relevância das pesquisas de opinião nas análises desenvolvidas, especificando os tipos de *surveys* mais utilizados.

Apresentando o campo dos estudos de comportamento político pós-1988

A trajetória dos estudos de comportamento político e sua inserção na história da ciência política brasileira já foram objeto de trabalhos anteriores (Forjaz, 1997; Lima Júnior, 1999). Além disso, alguns pais fundadores de tal campo no Brasil tiveram a oportunidade de explorar essa temática ao descreverem sobre a construção institucional da disciplina em diferentes contextos regionais, em coletânea organizada pela ABCP (Reis, 2016; Trindade, 2016; Fleisher, 2016). Particularmente interessante é o artigo de Fábio Wanderley Reis (2016) na referida coletânea (ver também Reis, 2000b, 2004) ao apontar para a importância que o treinamento de jovens cientistas sociais nas técnicas de pesquisa tipo *survey* teve na própria institucionalização da ciência política no país, ao definir objetos de estudo e seu tratamento empírico com técnicas de pesquisa formalizadas, produzindo, dessa forma, um tipo de conhecimento nas ciências sociais próximo ao modelo de “ciência normal”, diferenciando-se assim de uma tradição ensaística e ideográfica dominante na área até a década de 1970. Nesse mesmo relato também são mencionadas as importantes iniciativas de pesquisa realizadas ainda no contexto do regime militar sobre o comportamento político

do eleitorado brasileiro e que resultaram em obras expressivas, como de Reis (1978), Lamounier e Cardoso (1975) e Lamounier (1980). Sob certo aspecto, é possível afirmar que a institucionalização da ciência política no Brasil se confunde com a formação de um campo de pesquisas sobre o comportamento político do eleitorado brasileiro.

Se os estudos de comportamento político tiveram o referido destaque na década de 1970, é interessante notar que nos dez anos seguintes eles foram relegados a segundo plano. Assim, boa parte do debate na ciência política brasileira foi guiado por uma orientação fortemente institucionalista, girando especialmente em torno de temáticas como a transição democrática, a constituinte, as instituições democráticas pós-constituição, a governabilidade etc.

O retorno do olhar da ciência política brasileira às atitudes, aos valores e ao comportamento político dos cidadãos somente veio a acontecer na década de 1990, sendo representativa desse movimento a obra já mencionada de José Álvaro Moisés, *Os brasileiros e a democracia* (1995). Nesse estudo pioneiro, com dados empíricos de 1989 a 1993, o autor indica que, ao contrário do que se poderia supor, em um país com tradição autoritária tão longa, os brasileiros caminharam para uma crescente adesão às normas democráticas.

Considerando esse contexto do *revival* do comportamentalismo representado pela obra de Moisés (1995), nas linhas a seguir buscamos fazer a apresentação de algumas das principais produções da ciência política brasileira no campo do comportamento político, a partir de década de 1990 até os dias atuais. Para organizar o debate, utilizamos as áreas definidas por Dalton e Klingemann (2007), com exceção do comportamento eleitoral.

Uma importante ressalva a ser feita é que não se trata propriamente de uma revisão sistemática da literatura, o que exigiria

outros procedimentos metodológicos, mas tão somente de uma apresentação daqueles que consideramos ser alguns dos trabalhos mais representativos de cada uma das cinco áreas. Sabemos que isso envolve certa dose de arbitrariedade, mas acreditamos que não tenhamos cometido grandes injustiças.

Os estudos sobre a sofisticação dos públicos de massa e os sistemas de crença

A preocupação sistemática com os níveis de informação e sofisticação política do eleitorado brasileiro, especialmente utilizando dados de pesquisa de opinião, remonta sobretudo aos trabalhos de Fábio Wanderley Reis (1974b, 1978, 2000b) por intermédio de uma construção teórica que articula *rational choice*, desenvolvimento político (inspiração huntingtoniana) e desenvolvimento cognitivo (Piaget). Dos trabalhos do autor, resulta o diagnóstico de um eleitor mal informado e com baixa capacidade de conceptualização política. Tal diagnóstico, que guarda semelhança com aquele realizado sobre o eleitorado norte-americano (Campbell *et al.*, 1980; Converse, 1964; Reis, 2000a) e de outras democracias (Almond e Verba, 1989), feito a partir da década de 1960, ganharia entre nós traços de dramaticidade ao

ser articulado com as profundas e históricas desigualdades sociais existentes no país, que se materializaram em desigualdades de informação política no eleitorado. A consequência disso é a transformação do populismo praticamente numa constante da vida política brasileira, cujo substrato no eleitorado popular consiste no que Reis (1978) denominou de “síndrome do flamengo”.

Tais análises tiveram continuidade em estudos feitos pelo autor na década de 1980, cujos resultados empíricos mais importantes estão sistematizados em Reis e Castro (1992; 2001). As conclusões de tais pesquisas apontam para a importância dos mecanismos de natureza intelectual na política, com destaque aos níveis de desenvolvimento cognitivo dos cidadãos. Numa tentativa de caracterizar o eleitorado brasileiro, os referidos autores percebem as diferenças em termos de comportamento político quando são considerados os aspectos objetivos (classe social, região, escolaridade, urbano/rural) e subjetivos (interesse por política, por exemplo) da inserção dos indivíduos na estrutura social (Reis e Castro, 1992). Fazendo uso do conceito de sofisticação política inspirado em Neumann (1986), percebem Reis e Castro (2001) que os sofisticados¹⁶ são aqueles que

16 “O índice geral de sofisticação política combinava uma dimensão dada por três perguntas sobre o envolvimento com a política (interesse por política, exposição ao noticiário político nos meios de comunicação de massas e o que às vezes se designa em termos de ‘sentimento de eficácia política’, ou seja, a concordância ou não com a idéia de que a política é complicada e não pode ser entendida) com outra dimensão dada por três conjuntos de perguntas em que o que interessava e foi objeto de codificação eram dois aspectos: o grau de informação, em sentido estrito, de que dispunham os entrevistados sobre assuntos políticos e ‘trabalhistas’, por um lado, e, por outro, o que se poderia designar como sua capacidade de ‘conceitualização’, traduzindo-se na capacidade de responder de maneira elaborada e refinada a perguntas abertas sobre assuntos político-econômicos diversos. Os dois conjuntos estritamente informacionais procuravam avaliar a capacidade dos entrevistados de ligar corretamente duas listas de nomes a cada uma das diferentes centrais sindicais (em um caso) e a cada um dos partidos políticos (em outro) existentes no Brasil. O terceiro conjunto, em cuja codificação se levou em conta também o caráter mais adequadamente elaborado ou preciso das respostas, indagava do entrevistado ‘o que foi o Plano Cruzado’, ‘o que quer dizer ‘marajá’, ‘o que significa [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço] FGTS’, ‘o que é o parlamentarismo’, ‘o que é que anda acontecendo nos países socialistas da Europa’, ‘o que entende por pacto social’ e qual foi o acontecimento ocorrido no Brasil em 1964 e qual o seu significado” (Reis e Castro, 2001, p. 43).

mais aderem às normas democráticas, porém estes são ao mesmo tempo os mais cínicos, ou seja, mais propensos a abrir mão de tais regras de convivência política quando os seus interesses estão em jogo.

Da mesma forma, Mônica Castro em sua tese de doutorado (1994) explorou a relação entre sofisticação¹⁷ e comportamento político do eleitorado brasileiro (de maneira especial o comportamento eleitoral). Segundo a autora, a sofisticação política é a variável explicativa que melhor caracteriza o comportamento eleitoral do brasileiro. Sua tese é a de que, enquanto os eleitores sofisticados (minorias) votam orientados por opiniões sobre *issues* diversos e por uma preferência partidária baseada em uma visão informada sobre os partidos e os candidatos, a grande massa popular é desinformada e não tem opinião sobre as grandes questões do debate político, além de que “tende a atribuir a seus candidatos as qualidades que mais lhe agradam e as opiniões que eventualmente tem quanto a *issues* diversos e possui baixo grau de consistência ideológica” (Castro, 1994, p. 180).

Outra perspectiva nos estudos sobre a sofisticação política dos brasileiros encontra-se nos trabalhos de Marcello Baquero (1985; 2002) dedicados à aplicação do paradigma de Converse (1964)¹⁸. Fazendo uso de *surveys* realizados desde a década de 1970, o autor identificou que a grande maioria dos eleitores brasileiros se localiza nas escalas “natureza dos tempos” ou “sem conteúdo ideológico”. Isso significa que eles conseguem estabelecer pouquíssimas avalia-

ções minimamente coerentes sobre fenômenos diversos da vida política. Analisando os dados em perspectiva longitudinal, Baquero (2002, p. 131) identifica a estagnação do eleitorado “principalmente na categoria dos sem conteúdo ideológico”.

A partir da década de 2000, verificamos uma grande renovação dos estudos sobre conhecimento e sofisticação política do eleitorado, especialmente pela incorporação de novas visões teóricas sobre o tema. Uma referência importante nesse sentido têm sido os estudos de Lúcio Rennó (2004, 2007, 2010) e Turgeon e Rennó (2010). O primeiro desde sua tese de doutoramento, defendida na Universidade de Pittsburgh, vem estudando sistematicamente o tema. Quanto à renovação do debate sobre o tema, sua grande contribuição foi apontar para os efeitos dos aspectos contextuais, sobretudo os político-institucionais, nos níveis de informação política do eleitorado. Utilizando o conceito de “contextos eleitorais complexos” e pesquisas de opinião promovidas em cidades brasileiras, seus dados indicam que contextos mais complexos influenciam negativamente os níveis de informação política, traduzindo-se no que denomina de “dilema do rico” (um sistema que, por demais complexo, acaba exigindo sobrecarga de informação para que o eleitor médio possa tomar decisões).

Os trabalhos desenvolvidos por Mário Fuks, Frederico Batista Pereira e Gabriel Casalecchi também constituem importantes referências (Pereira, 2013, 2014; Fuks e Pereira, 2011; Pereira, Fuks e Casalecchi,

17 O grau de sofisticação política é constituído do somatório de quatro variáveis: o interesse por política, o envolvimento no processo eleitoral, a exposição ao programa eleitoral gratuito na televisão e o grau de informação a respeito dos candidatos a presidente da república.

18 O conceito de sistema de crenças de Converse (1964) refere-se à articulação entre ideias e atitudes políticas interdependentes. Dessa articulação, identificam-se cinco estratos de eleitores: os ideólogos, os quase-ideólogos, o estrato do interesse de grupo, o estrato natureza dos tempos e o estrato sem conteúdo ideológico.

2014). Em trabalho de 2014, Pereira retoma os dados de pesquisa painel realizada por Baker, Ames e Rennó (2006), testando hipóteses clássicas da literatura sobre sofisticação política. Seus resultados indicam que, no caso brasileiro, assim como identificado na literatura internacional:

- 1) as opiniões dos cidadãos mais sofisticados tendem a ser mais ideologicamente articuladas do que as dos menos sofisticados;
- 2) cidadãos mais sofisticados têm opiniões políticas mais estáveis ao longo do tempo;
- 3) cidadãos politicamente mais sofisticados adquirem mais informações do que os menos sofisticados ao longo do processo eleitoral, e;
- 4) os cidadãos mais sofisticados tendem a expressar mais opiniões do que os menos sofisticados (Pereira, 2014, p. 313).

Um trabalho que dialoga com a literatura aqui examinada por outro ponto de vista foi desenvolvido por Rogério Schlegel (2010), o qual analisa os efeitos da escolarização sobre as atitudes (diferentes medidas de adesão aos princípios democráticos) e o comportamento político do eleitorado (especialmente em distintas modalidades de participação política), numa perspectiva longitudinal. Sua tese é a de que, mesmo que os efeitos, em sua maioria, aconteçam no sentido esperado pela teoria, ou seja, os mais escolarizados aderem mais à democracia e participam mais dela, os rendimentos da escolarização são decrescentes no tempo. Tal fenômeno ocorreu em um contexto no qual os níveis de escolarização do eleitorado brasileiro aumentaram significativamente, de modo que em suas conclusões o autor faz um alerta para o fato de que a escolarização por si só não é uma panaceia para resolver os

déficits informacionais nem da formação das atitudes e dos comportamentos democráticos no eleitorado.

Fazendo um balanço dos estudos acerca de informação e sofisticação do eleitorado brasileiro, ressaltamos que os trabalhos têm acompanhado o desenvolvimento recente da literatura internacional e adotado técnicas metodológicas cada vez mais sofisticadas. Por outro lado, tem-se explorado pouco os tipos de pergunta feitos nos estudos clássicos do tema, especialmente quanto aos grandes diagnósticos no que concerne ao eleitorado brasileiro, expresso em teses como a “síndrome do flamengo”, o “cinismo” e o “populismo”. Parece assim que os avanços metodológicos vieram acompanhados de uma perda de reflexão no que diz respeito a questões substantivas sobre o eleitorado, os seus níveis de informação e as consequências para a democracia.

Modernização e democratização

A relação entre estrutura social e comportamento político do público massivo também vem sendo objeto de estudos sistemáticos da ciência política brasileira desde a década de 1960, sendo os trabalhos de Gláucio Soares (1966, 1973) a grande referência. Nestes, o autor teve a oportunidade de demonstrar como o processo de modernização vivenciado pelo Brasil desde a década de 1930 (com suas consequências na urbanização, industrialização etc.) acarretou impactos no comportamento político do eleitorado, fosse no surgimento e na expansão eleitoral de partidos de esquerda, fosse na opção pelo radicalismo político de determinados grupos sociais.

Fábio Wanderley Reis também se dedicou ao tema em vários trabalhos, explorando especialmente a relação entre modernização

e desenvolvimento político, nos termos de Samuel Huntington. Conforme já salientado na seção anterior, Reis analisou, entre outras questões, a forma como a experiência urbana, a escolarização e outros elementos ligados à inserção do indivíduo na estrutura social influenciam suas atitudes e comportamento políticos, em temas como participação política, preferência partidária, escolha eleitoral, adesão à democracia etc. (Reis, 1974a, 2000b; Reis e Castro, 1992).

Importante destacar que, embora o tema da modernização estivesse presente nos estudos clássicos sobre cultura e comportamento político no Brasil, ele praticamente desapareceu do debate intelectual nas décadas de 1980 e 90, cuja tônica central de preocupação da disciplina, conforme já mencionamos, se deslocou para o aspecto institucional.

Novamente é relevante salientar o trabalho de José Álvaro Moisés como marca de uma inflexão relevante, no sentido de retomar elementos clássicos do debate sobre modernização e sua relação com a cultura e o comportamento político do eleitorado. No estudo de 1995, citado anteriormente, o autor identifica mudanças importantes na cultura política do país pós-redemocratização, em direção à maior adesão à democracia entre os brasileiros. Essas mudanças, no entanto, teriam dois limites. O primeiro deles é o que o autor chama de “limites da modernização”. Moisés (1995) demonstra que no Brasil a adesão às normas democráticas está correlacionada a determinadas condições socioeconômicas, como viver em área urbana, ter um emprego e renda e, principalmente, a escolaridade. A segunda barreira envolve a desconfiança política no que diz respeito aos governos e atores políticos (assunto que será abordado na seção seguinte).

Em que pese a grande contribuição do estudo de Moisés (1995), seu enquadramento analítico ainda estava fortemente vinculado à relação entre modernização e cultura política na forma como trabalhada nos modelos de Almond e Verba (1989) e Huntington (1975). Enquanto Almond e Verba (1989) destacam a importância da estrutura econômica para a conformação da cultura política, também apontam para a autonomia da cultura no que se refere aos processos de modernização. Huntington (1975), por sua vez, afirma que a conexão entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento político não é linear, inserindo aí o componente da institucionalização política. Por outro lado, desde a década de 1970, os estudos de Ronald Inglehart provocaram mudanças muito importantes na forma de se tratar a questão da relação entre modernização e cultura política, particularmente ao construir um modelo analítico em torno da concepção da mudança de valores ocasionada pelos processos de modernização.

Em 2005, Inglehart publicou em conjunto com Christian Welzel aquela que pode ser considerada a síntese de sua agenda de pesquisa, naquilo que denominou de “teoria do desenvolvimento humano” (INGLEHART; WELZEL, 2009). O argumento ali presente é o de que os processos de modernização ocorridos nos países centrais do capitalismo teriam gerado em tais contextos o que os autores chamam de “síndrome dos valores pós-materialistas”, na qual os valores dominantes em tais sociedades deixariam de ser aqueles associados à sobrevivência física e econômica dos indivíduos e passariam a ser aqueles vinculados à “autoexpressão”. O surgimento de tais valores teria consequências políticas profundas, pois os portadores dessa nova cultura política gerariam demandas por

uma cidadania mais crítica e ativa, que se manifestaria entre outros canais, em formas de participação direta (em movimentos sociais, protestos, abaixo-assinados), em detrimento às formas tradicionais da democracia representativa (eleições, partidos, sindicatos etc.). Tais valores pós-materialistas também se manifestariam em atitudes pró-democracia por parte do eleitorado.

Se as evidências empíricas sobre a tese do pós-materialismo já haviam sido devidamente documentadas para o contexto dos países desenvolvidos e de democracias longevas, havia poucos estudos para o contexto de jovens democracias, com baixos níveis de desenvolvimento econômico. Esse tema foi o objeto do trabalho de Ednaldo Ribeiro (2011). Seu estudo verificou se a tese do pós-materialismo teria alguma relevância analítica e empírica para o caso brasileiro. O autor identificou que, ainda que os pós-materialistas sejam uma parcela muito diminuta da sociedade brasileira, eles possuem valores políticos distintos dos materialistas, de maneira especial com atitudes mais fortemente favoráveis à democracia.

Nos últimos anos, a agenda de pesquisas sobre mudança de valores ganhou novos contornos, notadamente com as publicações de Welzel (2013) e Dalton e Welzel (2014), em que os autores retiram a força do determinismo econômico presente no modelo original de Inglehart e Welzel (2009) e constroem uma medida que denominam de “valores emancipatórios”. De forma resumida, o argumento é de que o desenvolvimento produz aumento das liberdades, que, por sua vez, produzem o aumento do sentimento de utilidade destas. Esse processo de atribuição de valor utilitário à liberdade é mensurado por meio do índice de valores emancipatórios.

Alguns trabalhos recentes, como de Okado e Ribeiro (2017) e Okado (2018), buscaram também testar a pertinência de tais teses para a realidade brasileira e latino-americana. Os resultados empíricos, ainda que preliminares, sugerem que “o índice de valores emancipatórios proposto por Welzel é uma medida mais consistente para mensurar a mudança de valores no contexto dos países presentes neste estudo” (Okado e Ribeiro, 2017, p. 41).

Outra perspectiva ligada à relação entre modernização e mudança de valores se encontra no trabalho de Rennó e Turgeon (2016), no qual analisam o vínculo entre estratificação social e mobilidade social sobre as atitudes políticas dos brasileiros (não opinião, extremismo atitudinal e heterogeneidade intraclasses de opiniões). Contrariando os diagnósticos quanto à existência de uma nova classe média no Brasil, que teria opiniões distintas do restante do eleitorado, os autores afirmam que não há nada que diferencie esse grupo dos demais, de modo que, “se há algum impacto da classe social, este é linear e gradual, movendo-se de comportamentos mais diferentes entre classes baixa e alta, com uma posição intermediária das classes média-baixa e média” (Rennó e Turgeon, 2016, p. 43). Mais razoável para os autores seria falar de uma classe baixa que se diferencia de todas as demais, persistindo a contraposição entre “pobres” e “ricos”, já diagnosticada nos estudos clássicos do comportamento político dos brasileiros: “Parece haver uma divisão entre ricos e pobres em suas visões sobre política e sociedade no Brasil, mas a dita ‘nova classe média’ não apresenta nada de novo ou particular” (Rennó e Turgeon, 2016, p. 43).

Fazendo um balanço geral sobre as investigações associadas à temática em análise, pode-se destacar que elas abrem uma janela

de possibilidades para uma agenda de pesquisas em torno da temática da mudança de valores e sua relação com o processo de modernização. Uma temática muito pouco estudada até o momento é aquela destinada a verificar o impacto das crises econômicas sobre a cultura política. Trata-se de um tema bastante contemporâneo, um elemento importante da atual conjuntura econômica do Brasil e de outros países da América Latina, mas que ainda não foi devidamente abordado nos estudos orientados pela perspectiva da cultura política.

Participação política

A ciência política brasileira dedicou-se pouco até o momento a um rico debate que ocorre principalmente no mundo anglo-saxão e que está relacionado sobretudo aos condicionantes individuais do envolvimento político, seja nas modalidades eleitorais (Milbrath, 1965; Verba e Nie, 1972; Verba, Schlozman e Brady, 1995, entre outros), seja nas formas contestatórias ou não convencionais (Barnes e Kaase, 1979; Jennings e Van Deth, 1990; Inglehart e Welzel, 2009; Norris, 1999).

No caso brasileiro, com exceção dos estudos desenvolvidos nas décadas de 1970 e 80 (Reis, 1978; Lamounier e Cardoso, 1975), a literatura mais recente tem dado pouca atenção a esse tipo de abordagem. Nos anos 1990, os trabalhos de Marcello Baquero e José Álvaro Moisés aparecem como exceções. Baquero (2007) e Baquero e Prá (2007) organizaram vários volumes que discutem a participação política dos brasileiros em diferentes modalidades, enquanto Moisés (1995) analisou indicadores importantes para a compreensão dos padrões de engajamento cívico entre o público nacional. Mais recentemente, podemos identificar esforços de compreensão sobre a relação entre raça e participação po-

lítica (Bueno, 2012; Bueno e Fialho, 2009) e acerca dos condicionantes da apatia e do envolvimento (Anastasia, Melo e Nunes, 2007). Utilizando uma abordagem comparativa, é importante mencionar também o trabalho de Rennó (2003), que procura discutir os efeitos das estruturas de oportunidade sobre o engajamento em organizações da sociedade civil e também o livro *Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil* (Rennó et al., 2001), no qual a participação aparece como uma das dimensões de análise.

Os estudos de Bonifácio (2014), Bonifácio e Paulino (2015), Bonifácio e Ribeiro (2016) e Bonifácio & Fuks (2017) exploraram a relação entre o envolvimento dos indivíduos em diferentes modalidades de participação e a corrupção (experiência com a corrupção) no contexto do Brasil e da América Latina. Em tais estudos, os resultados são bastante contraintuitivos, pois indicam na maioria dos seus testes que existe relação positiva entre participação política e experiência com a corrupção.

Os trabalhos de Ednaldo Ribeiro e Julian Borba (2010, 2012, 2015, 2019) têm se dedicado sistematicamente a estudar o envolvimento político de brasileiros e latino-americanos em diferentes modalidades de participação (voto, protesto, participação comunitária, participação em orçamentos participativos). Os resultados de tais pesquisas confirmam em grande parte a pertinência explicativa do modelo do “voluntarismo cívico” (Verba, Schlozman e Brady, 2015), particularmente o papel desempenhado pelos recursos individuais e coletivos que os cidadãos possuem, para a potencialização dos seus níveis de envolvimento político.

As pesquisas mais recentes dos autores (Ribeiro e Borba, 2016a, 2016b) também exploraram a relação entre traços de “perso-

nalidade” e protesto político, o tema da (não) participação eleitoral. Outras temáticas investigadas pelos autores e colaboradores têm sido a (não) participação eleitoral (Borba, 2008; Silva *et al.*, 2014), o ativismo *on-line* (Ribeiro, Borba & Hansen, 2016) e a participação em partidos políticos (Borba, Gimenes e Ribeiro, 2015; Carreirão *et al.*, 2018).

Por fim, cabe destacar o trabalho de Ribeiro, Borba & Casalecchi (2018), em que é feito um balanço da participação política dos brasileiros em termos longitudinais, considerando o período abrangido pela vigência da carta constitucional de 1988. Os resultados indicam que, analisadas as diferentes modalidades de participação (convencionais e não convencionais), os brasileiros não se tornaram mais participativos, mesmo diante de um contexto político institucional que ofereceu claros incentivos para o envolvimento político dos cidadãos.

As constatações do estudo levantam alguns desafios aos pesquisadores da participação política, especialmente no sentido de entender a dinâmica do envolvimento político dos brasileiros em várias modalidades, desde o voto até os atos de protesto. Nesse ponto, ainda avançamos muito pouco e existem lacunas a serem desenvolvidas. É relevante considerar também as consequências das distintas modalidades da participação da política, problematizando também a própria natureza do incremento da participação política do ponto de vista da legitimidade democrática, ou seja, em que medida e contextos a participação pode mobilizar também atitudes autoritárias ou progressistas.

Valores políticos

A temática das atitudes e dos valores políticos do eleitorado engloba um conjunto bastante vasto de pesquisas empíricas, o que seria

completamente impossível de elencar nesse espaço. Em função disso, vamos nos limitar a duas temáticas que consideramos as mais representativas dessa subárea dos estudos de cultura e comportamento político. São elas: *socialização política e legitimidade política*.

Os estudos de socialização política exploram os mecanismos e os processos de formação dos valores, das atitudes e das crenças políticos nos indivíduos. Parte da literatura entende que esse processo finda em algum momento do ciclo de vida individual. Outra parte, porém, interpreta a socialização como um processo contínuo de aprendizado político e aquisição de informações sobre o mundo da política. No Brasil, até a década de 1980 os estudos de Brockmann Machado (1979, 1980) eram praticamente a única referência disponível.

Em todo o caso, nas duas décadas seguintes tal agenda de pesquisas foi desenvolvida sobretudo nos trabalhos de Marcello Baquero e colaboradores (Baquero, 1997; Nazzari, 2003; Schmidt, 2000; Lucas, 2003; Baquero e Gonzalez, 2011). Particularmente importante em tais pesquisas foram os estudos realizados com jovens, de modo especial sobre a forma como estes estavam definindo e internalizando suas orientações políticas em relação à democracia. Em termos gerais, tais trabalhos chegaram a um diagnóstico bastante pessimista acerca da internalização das normas democráticas pelos jovens brasileiros. Nas palavras de Baquero (2004, p. 10): “O que se observa, de um modo geral, é o distanciamento crescente de jovens e adolescentes em relação à política, ao qual se somam sentimentos de incerteza quanto ao futuro”. Esse diagnóstico manteve-se mesmo em trabalhos mais recentes (Baquero, 2017; Baquero e Morais, 2018; Baquero, Baquero e Morais, 2016; Baquero, 2018).

O pessimismo do diagnóstico de Baquero é contrabalançado por uma agenda mais propositiva e normativa em suas pesquisas sobre capital social e empoderamento, numa linha que articula o desenvolvimento acerca do tema com base na obra de Robert Putnam. Em tais estudos, ao mesmo tempo em que continua elencando os aspectos incíveis da vida política brasileira (desconfiança generalizada, passividade, convivência com a corrupção, autoritarismo societal e estatal), o autor indica caminhos no sentido de “reinventar a sociedade” (Baquero, 2001), por meio de ações e políticas que criem capital social (confiança interpessoal e societal e participação cívica) e empoderem os atores no sentido de difundir a convivência mediante as normas democráticas (Baquero, 2001, 2004, 2013; Baquero e Gonzalez, 2011).

Outra perspectiva no estudo da socialização política foi desenvolvida nos trabalhos de Mário Fuks e colaboradores, especialmente pelo estudo empírico realizado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, no âmbito do Parlamento Jovem (Fuks, 2010, 2011, 2012, 2014, 2015; Fuks e Pereira, 2011, Fuks e Casalecchi, 2012, 2016). Os resultados de suas pesquisas apontam para os efeitos positivos das inovações institucionais sobre o aprendizado democrático (Fuks, 2014). Em que pese o fato de tais efeitos não serem distribuídos de maneira homogênea, seus resultados indicam as possibilidades de os jovens internalizarem normas democráticas, ampliarem seus níveis de conhecimento político e sua confiança institucional quando são submetidos a estímulos positivos, ou seja, a participação em um programa de educação cívica.

Várias questões seguem em aberto no debate sobre socialização política no Brasil, de maneira especial a relação entre as gera-

ções e os valores políticos. Em que medida a convivência com o autoritarismo afetou os valores políticos das gerações socializadas durante o regime militar? E aqueles que já nasceram no período democrático? O fenômeno identificado por Foa e Mounk (2016) de uma descrença crescente na democracia por parte dos jovens dos países desenvolvidos estaria também presente no contexto brasileiro? Em que medida os sentimentos antipolítica e antipartido estão presentes nas diferentes gerações de eleitores brasileiros?

Diretamente relacionado com essas questões em aberto no debate sobre socialização é o tema da legitimidade democrática, nossa segunda temática a ser resenhada. Aqui, novamente o trabalho de Moisés (1995) é o nosso ponto de partida, sobretudo por ter indicado que a jovem democracia brasileira, apesar de todos os limites, possuía bases crescentes de sustentação no eleitorado.

As pesquisas nacionais posteriores avançaram sobre essas questões introduzidas por Moisés (1995), acrescentando a elas novos elementos. Uma vertente de análise teve como foco compreender as dimensões da legitimidade, e os resultados convergem para aqueles encontrados nas democracias mais antigas, isto é, a distinção entre a dimensão ideal — a adesão à democracia — e outra dimensão prática — satisfação com o desempenho do regime e confiança nas instituições representativas. Aqui, têm sido particularmente importantes os trabalhos de Rachel Meneguello (2010, 2013).

Moisés (2008) também buscou caracterizar o fenômeno da ambivalência política brasileira, bem como os seus efeitos para a legitimação da democracia. Assim, utilizando dados do Latinobarômetro, o autor analisou que no Brasil, em comparação com outros

países da América Latina, é alto o contingente de indivíduos ambivalentes. Ou seja, indivíduos que, embora não se oponham diretamente à democracia, não estão seguros em escolhê-la como a única alternativa. Atitudes ambivalentes e autoritárias seriam influenciadas tanto pela cultura política quanto pela percepção do funcionamento das instituições democráticas.

Nesse sentido, Moisés (2010) dedicou-se a analisar a confiança nas instituições brasileiras, considerando que ela abrange as crenças e expectativas das pessoas em relação às funções atribuídas às instituições no regime democrático. Desse modo, Moisés (2013b) ressalta que, apesar de a adesão normativa à democracia ser predominante no país, “os brasileiros desconfiam das instituições democráticas em geral e, em particular, dos partidos políticos, do Congresso Nacional e do sistema judiciário” (Moisés, 2013b, p. 53). Os índices mais altos de confiança estariam presentes nas instituições públicas e privadas calcadas em estruturas hierárquicas como a Igreja e as Forças Armadas.

Além da diferenciação entre as dimensões *ideal* e *prática* da legitimidade democrática, pesquisas mais recentes avançaram no tema das múltiplas dimensões da adesão à democracia e da coesão das estruturas de crenças democráticas (Carlin e Singer, 2011). Esses estudos defendem que, assim como as democracias têm múltiplas dimensões (eleitoral, liberal, participativa, representativa etc.), a adesão dos cidadãos ao regime também pode ter. Portanto, seria importante compreender não só se os brasileiros apoiam a democracia, mas também se apoiam seus princípios subjacentes e em que medida esse apoio é ou não *coesivo* entre si, o que tem sido desenvolvido sobretudo nos estudos de Mário Fuks, Gabriel Casalecchi e

demais colaboradores (Fuks, Paulino e Casalecchi, 2018; Fuks *et al.*, 2016).

Outras pesquisas têm buscado entender as causas do apoio à democracia, testando diferentes vertentes explicativas. Os resultados demonstram, nesse caso, a importância de alguns fatores socioeconômicos, notadamente a escolaridade, bem como o papel fundamental exercido pela avaliação do desempenho das instituições políticas e pela avaliação da economia (Moisés, 2008; Moisés e Carneiro, 2008; Ribeiro, 2011; Rennó *et al.*, 2011).

Ainda nos estudos sobre legitimidade, temos os trabalhos que exploram as percepções relacionadas à corrupção, à desconfiança nas instituições, à descrença na capacidade do Estado de tratar com igualdade os cidadãos, entre outras, aspectos fortemente capazes de minar ou fortalecer a legitimidade democrática (Baquero, 2015; Baquero, Castro e Raninchesky, 2016; Moisés, 2013, 2016).

Por fim, há os trabalhos comparativos, que têm explorado a importância dos fatores contextuais para a formação das atitudes democráticas, com destaque para o desenvolvimento econômico, a qualidade e o tempo de democracia (Casalecchi, 2018).

Esse último ponto conduz à questão sobre em que medida o funcionamento das instituições políticas no Brasil teria, desde 1988, contribuído para o fortalecimento da adesão à democracia por parte dos brasileiros? Cabe destacar aqui que, apesar dos vários esforços analíticos elencados, depois de Moisés (1995) ainda não foi feito nenhum grande balanço empírico, no sentido de compreender *o saldo* dos 30 anos da democracia brasileira no eleitorado, especialmente após a crise econômica e política iniciada em 2015.

O trabalho anteriormente mencionado de Ribeiro, Borba e Casalecchi (2018) buscou explorar essa questão de forma preliminar. As conclusões dos autores são bastante pessimistas; para a maioria dos indicadores analisados, identificaram estabilidade ou reversão em relação às habilidades políticas individuais, à avaliação do desempenho do regime e até mesmo à adesão ao regime democrático *per se*. O cenário ali descrito se enquadra perfeitamente no diagnóstico de Baquero, Castro e Ranincheski (2016), de “estagnação democrática”.

Têm-se aqui uma importante agenda de pesquisas a ser desenvolvida pelos pesquisadores da área de cultura e comportamento político nos próximos anos. Trata-se, sobretudo, de dar respostas sobre os acontecimentos recentes da política brasileira, entre os quais os protestos, a guinada à direita do eleitorado brasileiro com a vitória de Jair Bolsonaro, os atos de intolerância social e política, a influência da religião, o discurso da antipolítica e antipartido, entre outros.

Grupos de pesquisa e associações científicas

Novamente, alertamos que qualquer tentativa de fazer um balanço sobre a comunidade científica do campo do comportamento político no Brasil implica algum tipo de seletividade. Sem qualquer pretensão de sermos exaustivos, o que apresentamos aqui é apenas uma amostra do referido universo, considerando alguns critérios (como presença nas associações científicas, tempo de existência dos grupos e participação em publicações).

Começando pelos grupos e núcleos de pesquisa, tem-se aqui uma variedade bastante grande de pesquisadores/núcleos, em que

pese a sua concentração nos eixos Sul–Sudeste. No Rio Grande do Sul, a UFRGS, por meio do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, possui uma das mais longevas tradições de pesquisa na área. Desde pelo menos a década de 1960, investigações sobre cultura e comportamento político têm sido desenvolvidas (Trindade, 2016). Dois núcleos de pesquisa são particularmente importantes nessa instituição: o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (NUPERGS) e o Núcleo de Pesquisas sobre a América Latina (NUPESAL). Ambos apresentam um grande acervo de *surveys* realizados desde o fim dos anos 1960 até os dias atuais. Cabe aqui mencionar a trajetória do professor Marcello Baquero, que em seus mais de 40 anos de trajetória acadêmica construiu e solidificou uma agenda de pesquisas toda ela estruturada em torno da temática da cultura política. Ainda no que se refere à UFRGS, destaca-se a coordenação do WVS no Brasil, que está sob a responsabilidade do professor Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Em Santa Catarina, na UFSC, Paulo Krischke realizou pesquisas sobre cultura política, movimentos sociais e aprendizado democrático nas décadas de 1980 e 90. Atualmente o Núcleo de Estudos em Comportamento e Instituições Políticas (NECIP) desenvolve pesquisas sistemáticas na área.

No Paraná, a UFPR e a Universidade Estadual de Maringá (UEM) concentram os pesquisadores e grupos de pesquisa. Na UFPR, está o Grupo de Pesquisas em Comunicação Política e Opinião Pública; e na UEM, o Núcleo de Pesquisas em Participação Política (NUPPOL).

Em Minas Gerais, a trajetória do Departamento de Ciência Política (DCP) da UFMG confunde-se com a história do pró-

prio campo de estudos da área aqui resenhada (Reis, 2016). Mais recentemente, o Centro de Estudos do Comportamento Político (CECOMP) e o Grupo Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral desenvolveram agendas de pesquisa em temáticas como cultura política, comportamento político e opinião pública.

Em São Paulo, o Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade Estadual de Campinas (CESOP-UNICAMP) é uma referência, por congregar iniciativas de pesquisa, repositório de bases de dados de opinião pública e editar o periódico *Opinião Pública*, uma das principais revistas acadêmicas da ciência política brasileira. Aqui, importante destacar o protagonismo da professora Rachel Meneguello, em sua trajetória de pesquisa e atuação institucional na área, participando como membro do Planning Committee do Comparative Study of Electoral Systems (CSES), da University of Michigan, e do Advisory Board of the Americas Barometer, da Vanderbilt University. Ainda no estado de São Paulo, cabe mencionar o Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas (NUPPS) da USP e a participação do professor José Álvaro Moisés.

No Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o Laboratório de Estudos Eleitorais, de Comunicação Política e Opinião Pública (DOXA), a princípio sob coordenação do professor Marcos Figueiredo, reuniu pesquisadores de várias temáticas, entre os quais aqueles dedicados a temas como cultura e comportamento político. Reunindo integrantes do DOXA, o Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), por intermédio da linha de pesquisa Comportamento

Político e Eleitoral, também contribui para a continuidade da tradição de pesquisas iniciada pelo DOXA.

Na UnB, o grupo Comportamento Político e Opinião Pública (COMPOP), criado em 2016, visa promover investigações em sua área de atuação, bem como a formação de novos pesquisadores. As linhas de pesquisa do grupo contemplam comportamento político, comportamento eleitoral, opinião pública, comunicação política e metodologia de pesquisa.

Quanto à presença da área de comportamento político nas associações científicas, destaca-se que na ABCP inicialmente havia a área temática Cultura Política e Democracia. Com base em uma avaliação dos coordenadores e participantes da área, foi feita uma reformulação na ementa e no nome, de modo que hoje ela é denominada de Comportamento Político. Também na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), desde 2010 existe o grupo Comportamento Político, Opinião Pública e Cultura Política, que sistematicamente tem se dedicado à discussão das temáticas aqui abordadas.

Destaque ainda para os encontros da World Association for Public Opinion Research (WAPOR) Latinoamérica, cujos oito encontros já ocorridos têm reunido parcela importante dos pesquisadores da área e servido de espaço de interlocução entre a comunidade científica da América Latina. Outro ponto relevante dos encontros da WAPOR tem sido a oportunidade de reunir num mesmo evento a academia e empresas de opinião pública (e mercado). A WAPOR Latinoamérica tem sido ainda responsável pela publicação da *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, que recentemente passou por uma renovação editorial e constitui uma publi-

cação especializada em estudos de opinião pública, cultura política e comportamento político e eleitoral.

Por fim, ressaltamos o Workshop sobre Comportamento Político e Opinião Pública, que teve seu primeiro encontro na UFSC em 2013 e desde então tem acontecido anualmente, concebido por um grupo de pesquisadores da área para ser um espaço de debate acadêmico especializado sobre a temática aqui resenhada.

Considerações finais

Mesmo reconhecendo o caráter não exaustivo do balanço aqui realizado sobre a área de comportamento político no Brasil, foi possível perceber alguns aspectos. O primeiro deles é sua significativa e crescente inserção na ciência política brasileira, o que pode ser verificado pela quantidade da produção relacionada à referida área e sua expansão ao longo do tempo e em termos comparativos com as demais. Destaca-se ainda que o principal periódico nacional no que diz respeito a impacto é reconhecidamente vinculado a tal área de conhecimento.

Um segundo aspecto é que a produção está concentrada em algumas instituições. As do Norte e Nordeste apresentam até o momento baixa inserção na área, seja pelas publicações em periódicos, seja pela participação de seus pesquisadores em grupos de trabalho, áreas temáticas ou eventos pertinentes à área.

Tomando como base a classificação das áreas de comportamento proposta por Dalton e Klingemann (2007), foi possível perceber que a ciência política brasileira possui pesquisadores inseridos em cada uma delas. A distribuição da produção de cada uma das subáreas, porém, ainda é bastante desigual.

A área mais incipiente parece ser aquela que trata da representação política, em que a quantidade de publicações até o momento é muito reduzida. Por ser uma área que demanda muitos dados (em geral, séries temporais de pesquisas de opinião com eleitores e parlamentares), a inexistência de dados talvez seja um dos grandes limitadores para a expansão da área. Já a área de comportamento eleitoral (que não foi abordada no presente estudo) é aquela mais desenvolvida.

A pesquisa tipo *survey* ainda é a fonte de dados por excelência dos pesquisadores da área, em que pese a expansão recente do uso de experimentos. Aqui, importante destacar os estudos de Mathieu Turgeon *et al.*, que têm desenvolvido uma expressiva agenda de pesquisas, fazendo uso de experimentos no estudo do comportamento político.

Um aspecto a ser salientado é a crescente sofisticação metodológica nos estudos da área. Se até a década de 1990 predominava o uso da estatística descritiva, com o passar dos anos se recorreu cada vez mais à inferência estatística, por meio do uso dos mais variados tipos de análise multivariada de dados. Vale salientar também a emergência de pesquisas que utilizam a análise multinível, destacando assim a influência dos diferentes contextos para a formação dos valores e atitudes políticos, entretanto algumas abordagens até agora são muito pouco utilizadas, como, por exemplo, o uso de séries temporais. A razão disso talvez esteja na reduzida quantidade de pesquisas disponíveis nos repositórios, que na área de opinião pública se resumem ao CESOP-UNICAMP e ao Consórcio de Informações Sociais (CIS), da ANPOCS. Apesar da inestimável importância de tais repositórios, séries longas sobre certos temas ainda são restritas. Além do mais, as pesquisas sistemáticas (realizadas na

forma de ondas), como WVS, LAPOP, Latinobarômetro e ESEB, datam das décadas de 1990 ou 2000, de modo que fica praticamente impossível estudar longitudinalmente determinados fenômenos.

Considerando as características e tendências da área elencadas nos cinco pontos descritos, gostaríamos de elencar outros dois aspectos: o primeiro serve como uma avaliação global da produção acadêmica sobre comportamento político; e o segundo indica alguns desafios do presente para esse campo de pesquisas. Já fizemos menção em outra parte deste texto, mas acreditamos que a relação entre sofisticação teórico-metodológica e robustez das evidências empíricas precisa ser contrabalançada com a capacidade dos estudos da área de refletir sobre problemas concretos da sociedade brasileira, algo que os pais fundadores (Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier, Gláucio Soares, entre outros) fizeram exemplarmente em outros momentos de nossa história. Parece que foi se perdendo a capacidade de tematizar problemas concretos da sociedade e ponderar sobre eles, na forma, por exemplo, dos dilemas enfrentados pela democracia brasileira.

Nesse sentido, os desafios da atual conjuntura política brasileira colocam inúmeros temas na agenda dos pesquisadores da área, entre eles a tentativa de entender o fenômeno da guinada ideológica do eleitorado brasileiro que resultou na vitória eleitoral de um candidato de extrema-direita nas eleições presidenciais brasileiras. Qual é a relação desse ponto com aspectos histórico-estruturais da sociedade e da cultura política brasileiras, como a desigualdade, o autoritarismo e a desconfiança generalizada nas instituições? Quais são os desdobramentos do crescimento dos evangélicos, especialmente nas periferias brasileiras, para a política brasileira? Qual é a relação do fenômeno Bolsonaro com o atual quadro de recessão democrática e a ascensão de lideranças populistas de direita, já discutido por vários pesquisadores? São questões que permanecem para reflexões futuras e demandam a articulação de ferramentas conceituais mais amplas que sejam capazes de conectar a influência de aspectos históricos e macrosociais com análises mais qualitativas, retomando, de certo modo, interpretações clássicas da ciência política brasileira para a compreensão de indagações contemporâneas.

Bibliografia

- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. Nova York: Sage, 1989.
- ANASTASIA, Maria de Fátima J; MELO, Carlos R.; NUNES, Felipe. Motivações da Participação Política e da Apatia em Belo Horizonte. In: AGUIAR, Neuma (org.). **Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. v. 1. p. 209-228.
- ANDUIZA, Eva; BOSH, Agusti. **Comportamiento político y electoral**. Barcelona: Ariel, 2012.
- BAKER, Andy; AMES, Barry; RENNÓ, Lúcio. Social Context and Campaign Volatility in New Democracies: Networks and Neighborhoods in Brazil's 2002 Elections. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 2, p. 382-399, 2006. <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2006.00190.x>

- BAQUERO, Marcello. Corruption, political culture and negative social capital in Brazil. **Debates**, Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 139-157, 2015.
- BAQUERO, Marcello. Democracia, Cultura e Comportamento Político: uma análise da situação brasileira. *In*: PERISSINOTTO, Renato Monseff; FUKS, Mario (orgs.). **Democracia: teoria e prática**. Rio de Janeiro/ Curitiba: Relume Dumará/Fundação Araucária, 2002. p. 105-139.
- BAQUERO, Marcello. **Democracia e desigualdades na América Latina: Novas perspectivas**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2007.
- BAQUERO, Marcello. **Democracia inercial: Assimetrias entre economia e cultura política na América Latina**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.
- BAQUERO, Marcello. **Democracia, juventude e capital social no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. v. 1. 234 p.
- BAQUERO, Marcello. Internet, Political Socialization, and Youth's Political Culture in the South of Brazil. **Open Access Library Journal**, v. 4, n. 11, p. 1-21, 2017. <https://doi.org/10.4236/oalib.1104062>
- BAQUERO, Marcello. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil – um estudo preliminar de socialização política. **Cadernos de Ciência Política**, Porto Alegre, n. 8, p. 3-34, 1997.
- BAQUERO, Marcello. Paradigma de Converse: sistemas de crenças e processo eleitoral de 1982 em Porto Alegre/RS. **Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, Porto Alegre, v. 13, p. 239-253, 1985.
- BAQUERO, Marcello. **Qual democracia para a América Latina?** Capital social e empoderamento são a resposta? Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. v. 500. 160 p.
- BAQUERO, Marcello. **Reinventando a Democracia na América Latina: Cultura Política, gênero, exclusão e capital social**. Porto Alegre/Brasília: Ed. Universidade/UFRGS/CNDM, 2001. 208 p.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute; MORAIS, Jennifer Azambuja. Os jovens estão mais assertivos politicamente no Brasil? Uma análise da cultura política. **Debates**, v. 10, n. 2, p. 71-94, 2016. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.67295>
- BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique C. O.; RANINCHESKI, Sônia. (Des)confiança nas instituições e partidos políticos na constituição de uma democracia inercial no Brasil: o caso das eleições de 2014. **Política & Sociedade**, v. 15, n. 32, p. 9-38, 2016. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n32p9>
- BAQUERO, Marcello; GONZALEZ, Rodrigo Stumpf. Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 369-399, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762011000200004>
- BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer Azambuja. Está em andamento a construção de uma nova cultura política juvenil? *In*: BAQUERO, Marcello (org.). **A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil**. Porto Alegre: Escritos, 2018. v. 1. p. 17-66.
- BAQUERO, Marcello; PRÁ, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- BARNES, Samuel H.; KAASE, Max (orgs.). **Political action: mass participation in five Western democracies**. Beverly Hills: Sage, 1979.
- BEVIR, Mark; ADCOCK, Robert. Political Science since World War Two: Americanization and Its Limits. *In*: BACKHOUSE, R.; FOUNTAINE, P. (orgs.). **The History of Postwar Social Science**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

- BONIFÁCIO, Robert. **Corrupção e participação política nas Américas e no Caribe: 2004-2012**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- BONIFÁCIO, Robert; FUKS, Mário. Desvendando a relação entre corrupção e participação política na América Latina: diagnóstico e impactos da exposição a atos corruptos sobre a participação política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 63, p. 27-52, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987317256302>
- BONIFÁCIO, Robert; PAULINO, Rafael. Corruption and Political Participation in the Americas and the Caribbean. **Brazilian Political Science Review**, v. 9, n. 2, p. 54-80, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-38212014000200011>
- BONIFÁCIO, Robert; RIBEIRO, Ednaldo. Corrupção e participação política no Brasil: diagnósticos e consequências. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 1, n. 20, p. 7-42, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220162001>
- BORBA, Julian. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. **Debates**, v. 2, n. 2, 2008. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.6989>
- BORBA, Julian; GIMENES, Éder R.; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Os determinantes do ativismo partidário na América Latina. **Revista Latinoamericana de Opinión Pública**, v. 5, p. 13-48, 2015.
- BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Orçamento Participativo e cultura política: Explorando as relações entre inovação institucional, valores e atitudes políticas. **Política & Sociedade**, v. 11, n. 21, p. 13-44, 2012. <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2012v11n21p13>
- BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Participação convencional e não convencional na América Latina. **Revista Latino-Americana de Opinión Pública**, Buenos Aires, v. 1, p. 53-76, 2010.
- BORBA, Julian; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Political Participation: Conventional and Contestatory. *In*: AMES, Barry (org.). **Routledge Handbook of Brazilian Politics**. Nova York: Routledge, 2019. v. 1. p. 39-56.
- BUENO, Natália Salgado. Raça e Comportamento Político: participação, ativismo e recursos em Belo Horizonte. **Lua Nova**, n. 85, p. 187-226, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452012000100006>
- BUENO, Natália Salgado; FIALHO, Fabrício Mendes. Race, Resources, and Political Participation in a Brazilian City. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 2, p. 59-83, 2009. <http://dx.doi.org/10.1353/lar.0.0120>
- CAMPBELL, Angus *et al.* **The American voter**. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- CARLIN, Ryan; SINGER, Matthew M. Support for polyarchy in the Américas. **Comparative Political Studies**, v. 44, n. 11, p. 1500-1526, 2011. <https://doi.org/10.1177%2F0010414011407471>
- CARREIRÃO, Yan. Representação política como congruência entre as preferências dos cidadãos e as políticas públicas: uma revisão da literatura internacional. **Opinião Pública**, v. 21, n. 2, p. 393-430, 2015. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912015212393>
- CARREIRÃO, Yan *et al.* Simpatia partidária e repertórios de participação política no Brasil. *In*: MARTELLI, Carla Gandini Giani; JARDIM, Maria Chaves; GIMENES, Éder Rodrigo (orgs.). **Participação política no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. v. 1. p. 73-110.
- CARREIRÃO, Yan; MELO, Débora Josiane de Carvalho. Representação política na Assembleia Nacional Constituinte (1987-88): congruência entre preferências dos cidadãos e políticas aprovadas na Constituição. **Teoria & Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 107-149, 2014. <https://doi.org/10.4322/tp.v23i2.398>
- CARREIRÃO, Yan; RENNÓ, Lúcio. Presidential Voting: Partisanship, Economy, Ideology. *In*: AMES, Barry (org.). **Routledge Handbook of Brazilian Politics**. Nova York: Routledge, 2019. v. 1. p. 216-235.

- CASALECCHI, Gabriel Ávila. **Legado democrático e apoio à democracia na América Latina: evidências e mecanismos explicativos**. Curitiba: Editora UFPR, 2018.
- CASTRO, Mônica Mata Machado. **Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política**. Tese (Doutorado) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.
- CONVERSE, Philip E. The nature of belief systems in mass publics. *In*: APTER, D. (org.). **Ideology and discontent**. Nova York: Free Press, 1964.
- DALTON, Russell; KLINGEMANN, Hans-Dieter. Citizens and political behavior. *In*: COPP, David (org.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. Nova York: Oxford University Press, 2007.
- DALTON, Russell; WELZEL, Christian (orgs.). **The Civic Culture Transformed: from allegiant to assertive citizens**. Nova York: Cambridge University Press, 2014.
- FLEISHER, David. A ciência política no Brasil: uma visão histórica. *In*: AVRITZER, L. *et al.* **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.
- FOA, Roberto Setefan; MOUNK, Yascha. The danger of desconsolidation: the democratic disconnect. **Journal of Democracy**, v. 27, n. 3, p. 5-17, 2016.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 35, 1997. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300007>
- FUKS, Mário. Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. **Opinião Pública**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 88-108, 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762012000100005>
- FUKS, Mário. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. **Lua Nova**, n. 83, p. 145-178, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452011000200006>
- FUKS, Mário. Explicando os efeitos de programas de socialização política: a experiência do Parlamento Jovem no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 425-449, 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912014203425>
- FUKS, Mário. Mudança Institucional e Opinião Pública: Estimando os Efeitos da Cobertura da ALMG Realizada pelo Jornal Estado de Minas (1987-1994 e 1999-2002). **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 4, p. 122-152, 2010.
- FUKS, Mário. The Effects of Political Socialization Programmes: The Youth Parliament Experience in Brazil. **World Political Science**, v. 11, n. 2, p. 1, 2015. <https://doi.org/10.1515/wps-2015-0010>
- FUKS, Mário; CASALECCHI, Gabriel Ávila. Formando cidadãos democráticos: considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem mineiro. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 145-164, 2016.
- FUKS, Mário; CASALECCHI, Gabriel Ávila. Trust and political information: attitudinal change among participants in the Youth Parliament in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 6, n. 1, p. 70-89, 2012.
- FUKS, Mário *et al.* Qualificando a adesão à democracia: quão democráticos são os democratas brasileiros? **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 19, p. 199-219, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220161908>
- FUKS, Mário; PAULINO, Rafael O.; CASALECCHI, Gabriel Ávila. Socialization under different political regimes: A study of the impact of generational experiences on support for democracy in Latin America. **Brazilian Political Science Review**, v. 12, n. 1, p. 1-22, 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201800010001>

- FUKS, Mário; PEREIRA, Frederico Batista. Informação e conceituação: a dimensão cognitiva da desigualdade política entre jovens de Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 26, n. 76, p. 123-143, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092011000200007>
- HUNTINGTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança**. São Paulo: Difel, 1975.
- INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a seqüência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.
- JENNINGS, M. Kent; VAN DETH, Jan W. **Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three western democracies**. Nova York: Walter de Gruyter, 1990.
- LAMOUNIER, Bolívar. O Voto em São Paulo: 1970-1978. In: LAMOUNIER, Bolívar (org.). **Voto de Desconfiança: eleições e mudança política no Brasil: 1970-1979**. São Paulo: Vozes, 1980. p. 15-80.
- LAMOUNIER, Bolívar; CARDOSO, Fernando Henrique (orgs.). **Os Partidos e as Eleições no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- LEITE, Fernando. **O campo da produção da ciência política brasileira contemporânea**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Sociologia e Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. Partidos, eleições e Poder Legislativo. In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995) – Ciência Política**. São Paulo: Sumaré / Anpocs, 1999.
- LUCAS, João I. P. **Juventude e antipolítica no Brasil. Um estudo de cultura política e ideologia**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- MACHADO, Mario Brockmann. Ciência Política e Socialização Política nos Estados Unidos. **Dados**, v. 22, p. 65-73, 1979.
- MACHADO, Mario Brockmann. Ideologia, Socialização Política e Dominação. **Dados**, v. 23, p. 131-149, 1980.
- MADEIRA, Rafael M.; MARENCO, André. Os desafios da internacionalização: mapeando dinâmicas e rotas da circulação internacional. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 19, p. 47-74, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220161903>
- MENEGUELLO, Rachel. As bases do apoio ao regime democrático no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro; MENEGUELLO, Rachel (orgs.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- MENEGUELLO, Rachel. Aspectos do desempenho democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e Confiança**. Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas? São Paulo: EDUSP, 2010.
- MILBRATH, Lester. **Political Participation: How and why do people get involved in politics?** Chicago: Rand McNally, 1965.
- MOISÉS, José Álvaro. A confiança e seus efeitos sobre as instituições democráticas. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- MOISÉS, José Álvaro. Corrupção Política e Democracia no Brasil Contemporâneo. In: MOISÉS, José A.; MENEGUELLO, Rachel (orgs.). **A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 2013.

- MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 11-43, fev. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000100002>
- MOISÉS, José Álvaro. O Impacto da Corrupção na Qualidade da Democracia. In: CUNHA FILHO, Alexandre J. Carneiro da *et al.* (orgs.). **48 visões sobre a corrupção**. São Paulo: Quartier Latin, 2016. v. 1. p. 83-98.
- MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia**. São Paulo: Ática, 1995.
- MOISÉS, José Álvaro; CARNEIRO, Gabriela Piquet. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime - o caso do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762008000100001>
- NAZZARI, Rosana Kátia. **Capital social, cultura e socialização política: a juventude brasileira**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.
- NEUMANN, W. Russell. **The Paradox of Mass Politics: Knowledge and Opinion in the American Electorate**. Cambridge: Harvard University Press, 1986.
- NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian. Political Science in Brazil: an analysis of academic articles (1966-2015). **Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 371-393, ago. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752017v723>
- NORRIS, Pippa (org.). **Critical citizens: global support for democratic governance**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- OKADO, Lucas T. A. **Valores Emancipatórios e Participação Política em Países da América Latina**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- OKADO, Lucas T. A.; RIBEIRO, Ednaldo A. Mudança de valores em países latino-americanos: comparando os índices de pós-materialismo e valores emancipatórios. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 24, p. 7-48, 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220172401>
- PEDERIVA, João Henrique; RENNÓ, Lúcio. **Responsividade Democrática no Brasil de Lula e na Argentina dos Kirchner**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.
- PEREIRA, Frederico Batista. Sofisticação política e opinião pública no Brasil: revisitando hipóteses clássicas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 291-319, nov. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762013000200003>
- PEREIRA, Frederico Batista. Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 22, n. 50, p. 149-174, jun. 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/1678-987314225010>
- PEREIRA, Frederico Batista; FUKS, Mário; CASALECCHI, Gabriel. Sofisticação política e voto para presidente no Brasil. In: BONIFÁCIO, R.; CASALECCHI, G.; DEUS, C. (orgs.). **O voto para presidente no Brasil (1989 a 2010): condicionantes e fatores explicativos**. Curitiba/Teresina: Editora Íthala e EDUFPI, 2014.
- PERES, Paulo. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neoinstitucionalismo da Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 53-71, out. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092008000300005>
- REIS, Fábio Wanderley. Dilemas da Democracia no Brasil. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (orgs.). **O Sistema Político Brasileiro**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2004.
- REIS, Fábio Wanderley. *Hui clos* no Chile e a ciência política no Brasil. In: AVRITZER, L. *et al.* **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.
- REIS, Fábio Wanderley. **Mercado e utopia: teoria política e sociedade brasileira**. São Paulo: Edusp, 2000a.

- REIS, Fábio Wanderley. **Política e Racionalidade: Problemas de Teoria e Método de uma Sociologia Crítica da Política**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000b.
- REIS, Fábio Wanderley. **Political Development and Social Class: Brazilian Authoritarianism in Perspective**. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Harvard University, Cambridge, 1974a.
- REIS, Fábio Wanderley. Solidariedade, Interesses e Desenvolvimento Político. **Cadernos DCP**, Belo Horizonte, v. 1, mar. 1974b.
- REIS, Fábio Wanderley (org.). **Os Partidos e o Regime: A lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.
- REIS, Fábio Wanderley; CASTRO, Mônica Mata Machado. Regiões, Classe e Ideologia no Processo Eleitoral Brasileiro. **Lua Nova**, n. 26, p. 81-131, 1992. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451992000200004>
- RENNÓ, Lúcio. Desigualdade e Informação Política: As Eleições Brasileiras de 2002. **Dados**, v. 50, n. 4, p. 721-755, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582007000400004>
- RENNÓ, Lúcio. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21, p. 71-82, nov. 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000200006>
- RENNÓ, L. Inequalities of Political Information and Participation: The Case of the 2002 Brazilian Elections. *In*: GOOTENBERG, Paul; REYGADAS, Luis (orgs.). **Indelible Inequalities in Latin America: Insights from History, Politics, and Culture**. Durham e Londres: Duke University Press, 2010.
- RENNÓ, Lúcio. **Information and Voting: Microfoundations of Accountability in Complex Electoral Environments**. Tese (Doutorado) – University of Pittsburgh, Pittsburgh, 2004.
- RENNÓ, Lúcio *et al.* **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania**. São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP, 2011.
- RENNÓ, Lúcio; TURGEON, Mathieu. A Psicologia Política das Classes Sociais no Brasil: Atributos das Atitudes Políticas por Estratificação e Mobilidade Social. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, p. 11-52, 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/00115258201670>
- RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. Maringá: UEM, 2011.
- RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian. **Participação Política na América Latina**. Maringá: Eduem, 2015.
- RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian. Personalidade e protesto político na América Latina: bases psicossociais da contestação. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 2, p. 373-402, 2016a. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000200005>
- RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian. Personality, Political Attitudes and Participation in Protests: The Direct and Mediated Effects of Psychological Factors on Political Activism. **Brazilian Political Science Review**, v. 10, n. 3, p. 1-33, 2016b. <http://dx.doi.org/10.1590/1981-38212016000300003>
- RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; CASALECCHI, Gabriel Ávila. A “Constituição Cidadã” e a cultura política: uma sociedade mais participativa e democrática? *In*: HOLLANDA, Cristina Buarque de; VEIGA, Luciana Fernandes; AMARAL, Osvaldo E. do (orgs.). **A Constituição de 88 trinta anos depois**. Curitiba: Editora UFPR, 2018. v. 1, p. 7-46.
- RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian; HANSEN, Jaqueline. Participação *on-line* e *off-line* no Brasil: relações e condicionantes. **Revista do Serviço Público**, v. 67, n. 4, p. 497-523, 2016. <https://doi.org/10.21874/rsp.v67i4.1262>

- SCHLEGEL, Rogério. The decreasing political rewards of education in Brazil. **Brazilian Political Science Review**, v. 4, n. 2, p. 78-102, 2010.
- SCHMIDT, João Pedro. **Juventude e política nos anos 1990: um estudo de socialização política no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
- SILVA, Rafael *et al.* Votos brancos e nulos no Brasil: bases cognitivas e atitudinais. **Teoria & Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 58-75, 2014. <http://dx.doi.org/10.4322/tp.2014.013>
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. Desarrollo Económico y Radicalismo Político. *In*: KAHL, Joseph (org.). **La Industrialización en América Latina**. México: Fondo de Cultura Económica, 1966. p. 516-559.
- SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e Política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.
- TRINDADE, Hélgio. A ciência política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): etapa fundacional e de inserção nacional (1968-1980). *In*: AVRITZER, L. *et al.* **A ciência política no Brasil: 1960-2015**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016.
- TURGEON, Mathieu; RENNÓ, Lúcio. Informação política e atitudes sobre gastos governamentais e impostos no Brasil: evidências a partir de um experimento de opinião pública. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 143-159, 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762010000100006>
- VERBA, Sidney; NIE, Norman H. **Participation in America: Political Democracy and Social Equality**. Nova York: Harper & Row, 1972.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry. **Voice and equality**. Civic voluntarism in American politics. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- WELZEL, Christian. **Freedom rising: human empowerment and the quest for emancipation**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

Resumo

Os estudos de comportamento político na ciência política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência

Em linhas gerais, é possível salientar que em poucas décadas o comportamento político se tornou uma área rica em dados para a pesquisa, que passou a contemplar um número cada vez mais amplo de países. A análise desenvolvida no artigo assume como parâmetro conceitual e classificatório a caracterização do campo do comportamento político na forma como foi realizada por Dalton e Klingemann (2007). Ao fazer tal escolha, incluímos a temática da cultura política como uma subárea desse campo. Assim sendo, apresentamos as subáreas constitutivas do referido campo, bem como o mapeamento quantitativo sobre comportamento político no Brasil. Na sequência, realizamos uma análise qualitativa da produção nacional, considerando o período pós-1988. Nessa etapa, destacamos os trabalhos de referência, os autores e os principais temas abordados. Em seguida, elencamos os principais centros e grupos de pesquisa. Por fim, buscamos apontar alguns desafios e perspectivas aos estudos de comportamento político no Brasil.

Palavras-chave: Comportamento político; Cultura política; Opinião pública; Valores e atitudes; Brasil.

Abstract

Political behavior studies in Brazilian political science: field characterization, notes about literature and reference researches

In broad terms, it is possible to emphasize that in few decades political behavior has become a prolific area for research with quantitative data and has also encompassed an increasing number of countries. The analysis conducted in this article assumes as a conceptual and classificatory parameter the field's characterization of "political behavior" developed by Dalton & Klingemann (2007). In making such a choice, we include the theme of political culture as a subarea. Therefore, we present the field's constituent subareas, as well as the quantitative mapping on political behavior in Brazil. In the aftermath, we carried out a qualitative analysis of the national publications, considering the post-1988 period. In this stage, we highlight the reference studies, authors and main topics addressed. Moreover, we systematize the major centers and research groups. Finally, we suggested some challenges and perspectives concerning the Brazilian political behavior studies.

Keywords: Political behavior; Political culture; Public opinion; Values and attitudes; Brazil.

Resumé

Études sur le comportement politique en science politique brésilienne: caractérisation, notes sur la littérature et recherches de référence

En termes généraux, il est possible de souligner que après quelques décennies le comportement politique est devenu un domaine riche en données pour la recherche et inclus un plus grand nombre de pays. L'analyse développée dans l'article est basée sur les paramètres conceptuel et classificatoire, la caractérisation du domaine du "comportement politique" qui a été fait par Dalton & Klingemann (2007). En faisant ce choix, nous incluons le thème de la culture politique comme sous-domaine. Donc, nous présentons les sous-secteur constitutives de ce domaine, ainsi que la revue quantitative du comportement politique au Brésil. En suite, nous allons présenter une analyse plus qualitative de la production nationale, en considérant la période postérieure à 1988. À ce stade, nous mettons en évidence les recherches de référence, les auteurs et les principaux thèmes abordés. Nous listons aussi les principaux centres et groupes de recherche. Enfin, nous indiquons les défis et perspectives pour les études de comportement politique au Brésil.

Mots-clés: Comportement politique; Culture politique; Opinion publique; Valeurs et attitudes; Brésil.